

CONTRADIÇÃO NO MODELO

***Roberto Rodrigues**

Há algum tempo se discute o modelo de desenvolvimento com base no consumo adotado pelo Brasil. Embora ele tenha dado certo até agora, economistas acreditam que ele poderá criar sérias dificuldades para o progresso sustentável do país. E apontam a razão para isso: o que vem garantindo a expansão do consumo são as importações, uma vez que diversos setores industriais nacionais não conseguem competir com seus concorrentes estrangeiros, por motivos que todos conhecem: câmbio, juros, tributos, logística, China, etc, etc. Em algum momento, segundo estes analistas, será impossível sustentar a demanda crescente, basicamente porque a massa salarial que aumentou muito não está assentada sobre salários nobres, e sim sobre salários mais baixos, até porque não houve a adequada qualificação de mão-de-obra.

Há uma corrente que sugere a mudança do modelo para outro, lastreado em investimentos e inovação, que aumentariam a produtividade e, por consequente, a competitividade de empresas brasileiras, gerando empregos bem remunerados e consumo sustentado.

Mas enquanto esta questão continua em debate, o modelo baseado no consumo tem pelo menos uma gritante contradição. Trata-se da tributação da cesta básica. Estudos conduzidos pelo DEAGRO – Departamento de Agronegócio da FIESP, são incisivos quanto a esta contradição.

As contas se baseiam em dados do IBGE, e mostram que 70% das famílias brasileiras recebem rendimentos de até dois salários mínimos mensais, em média. No norte e no nordeste, este percentual sobe para 80%. O IBGE realizou uma Pesquisa de Orçamentos Familiares (chamada POF) quantificando o que as famílias gastam – por faixa salarial e nas diferentes regiões – com a compra de bens. E ficou claro que as famílias que recebem até 2 salários mínimos por mês gastam 30% desta renda com alimentação.

Já as famílias com renda acima de 20 salários gastam apenas 12% com alimentos.

Acontece que os impostos federais que incidem sobre a cesta básica, PIS/COFINS e IPI são os mesmos, para ricos e pobres. Portanto, as famílias de mais baixa renda despendem significativa parte de seus rendimentos com impostos, muito mais do que gastam proporcionalmente as famílias mais abastadas.

É bem verdade que alguns alimentos da cesta básica já são isentos de impostos, mas 63% deles, segundo o DEAGRO, ainda são taxados. É verdade também que 44% do total dos impostos sobre alimentos são representados pelo ICMS, que é um imposto estadual, e a média de incidência de ICMS sobre a cesta básica é de 17% aqui no Brasil. Enquanto isso, na Europa a média é de 5% e nos Estados Unidos, 0,7%.

Esta numerologia toda já foi levada ao Governo Federal na proposta de desoneração da cesta básica contida na MP 563/2012 que chegou a ser aprovada pelo Congresso e depois enviada à sanção presidencial. Lamentavelmente, a Presidente Dilma Rousseff vetou esta desoneração em 19 de setembro do ano passado.

O argumento usado para o veto é verdadeiro: os itens que compõem a Cesta Básica precisam ser revisados, seu conceito atual estaria ultrapassado. E foi criado um grupo de trabalho para rever tudo isso, bem como a incidência dos tributos em cada região.

Cerca de 20 mil empresas operam no setor de indústria de alimentos. Uma desoneração da cesta básica daria grande impulso a este importante segmento, com

vantagem ao consumidor: a diminuição dos impostos arrecadados pelo governo será compensada pela maior demanda por outros bens, e ainda teremos os investimentos tão necessários para o avanço do país.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV e Embaixador da FAO para o Ano Internacional do Cooperativismo**